



UMA REAVALIAÇÃO DA HISTÓRIA DO MOVIMENTO REPUBLICANO NO IMPÉRIO DO BRASIL ATRAVÉS DE SUAS INSPIRAÇÕES FRANCESAS (1869-1889)

DIEVANI LOPES VITAL*

Jucá- (...) Tem que resolver essa porra.... Tem que mudar o governo pra estancar essa sangria.

Machado- Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel [Temer].

(...)

Machado- É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional.

Jucá- Com o Supremo, com tudo

(...).

Jucá- [Em voz baixa] Conversei ontem com alguns ministros do Supremo. Os caras dizem 'ó, só tem condições de [inaudível] sem ela [Dilma] (VALENTE, 2016).

O diálogo transcrito acima é fruto de uma conversa gravada em março de 2016, divulgada pelo Jornal *Folha de São Paulo* em maio daquele mesmo ano, uma conversa entre o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, e o senador Romero Jucá do PMDB. Nela ambos discutem um pacto para retirar do poder a presidente eleita Dilma Rousseff (PT), de modo a paralisar as investigações da Operação Lava-Jato, a fim de “estancar a sangria” da classe política brasileira, investigada pela operação num esquema bilionário de corrupção na Petrobrás.

A conversa é reveladora no sentido em que aponta uma saída “à brasileira” para a crise política no âmbito de uma verdadeira negociação, envolvendo membros das elites políticas dirigentes do país, dos poderes do Legislativo e do Judiciário. A referida saída inconstitucional para a crise política e econômica, a que se abateu sobre o país desde o término do segundo turno das eleições de 2014, encontra paralelos com outros momentos dramáticos de transição política na história republicana do país, como os episódios relacionados com as datas de 1889, 1930, 1937, 1964.

A ausência do elemento popular e da radicalidade disruptiva, nesses processos de transição política, são pontos recorrentes em seus estudos pela historiografia brasileira consolidada. Referenciados trabalhos do campo enfatizam o caráter conservador da “mudança dentro da ordem” operada através de “transições pactuadas”, feitas “por cima”, numa

* Mestre e doutorando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, na linha de pesquisa “Poder, Mercado e Trabalho”. Bolsista UFJF/Monitoria.

atmosfera deliberativa reservada e restrita à ação das elites dirigentes, muitas vezes os principais atores levados em consideração no cenário político da história do país¹.

Constitui objetivo da pesquisa descrita investigar as inspirações francesas que orientaram a propaganda da parcela republicana do movimento político-intelectual de contestação às estruturas do Império, em seu contexto de emergência, no Brasil das décadas de 1870-1880. Em outros termos, busca-se investigar o significado da França republicana de 1792, 1848 e, principalmente, a de 1870 para o incremento da propaganda do movimento republicano no país, através das práticas discursivas dos seus agentes mais destacados, empregando para isso jornais, discursos, obras bibliográficas. Parte-se da hipótese de que à medida em que aproximaram as comemorações do Centenário da Tomada da Bastilha, no Império do Brasil, houve sim o crescimento da opção por uma saída alternativa, que não foi a reformista, por parte de membros da parcela republicana dos letrados de 1870, a fim de dirimir a “questão do regime” discutida no país. Nessa conjectura, acreditamos que da tradição republicana francesa veio boa parte do ideal que inspirou os agentes brasileiros na concepção dessa segunda via.

Observando criticamente alguns dos mais destacados trabalhos da historiografia especializada na história republicana brasileira, percebemos que dos anos de 1889, 1930, 1937, 1964, 1985 se enfatiza, sobretudo, o caráter conservador da “mudança dentro da ordem” que assume os processos de transição política no país². No período dos anos 30, por exemplo,

¹ A esse respeito ver: CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3 ed. SP: Cia das Letras, 1987; CASALECCHI, José Ênio. **A proclamação da República**. 5 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992, p. 86-96; SCHULZ, John. **O Exército na Política: Origens da Intervenção militar – 1850-1894**. SP: Editora da USP, 1994, cap. 3; COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 6 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, cap. 11; FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. Ed. São Paulo: Editora Globo, 2001, cap. XII; VIANA, Oliveira. **O Ocaso do Império**: Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004, p 81-110; FAUSTO, Boris; HOLANDA, Sérgio Buarque (org.) **Do Império à República**. Introdução Sérgio Buarque de Holanda. Ed. 7. RJ: Bertrand Brasil, 2005, p. 316-328. v. 7. Sobre o processo de modernização conservadora, de transição “pelo alto”, ver: FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. 13 ed. SP: Editora Brasiliense, 1991, cap. 11; VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicalismo no Brasil**. 4. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, cap. 3. Sobre a discussão em torno da participação popular no processo de reabertura política no contexto da redemocratização (1985) do país ver: LACERDA, Gislene. A militância possível: Entre brechas conquistadas e concedidas, sociedade civil pressionou por abertura. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 10, n 114, p. 26-28, março 2015.

² Acreditamos que esse ponto de vista pode ser empregado para reavaliar interpretações que tratam da história brasileira antes mesmo da data do advento da República, podendo ser entendido a 1822. Sobre a visão conservadora da história brasileira, a qual procuramos repensar, ver: MAXWELL, Kenneth. Por que o Brasil foi diferente? O Contexto da Independência. In.: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)**. SP: Editora SENAC, 2000; MERCADANTE, Paulo. **A consciência**

em abordagens recentes, observa-se a ruptura da ordem anterior mediante um rearranjo intra-elites envolvendo apenas a alta cúpula política do país, a classe política, o empresariado, as oligarquias regionais, o Exército, não problematizando acerca da participação dos demais atores no cenário nacional³. A pesquisa em andamento procura mostrar que a ênfase excessiva dada à “mudança dentro da ordem”, baseada em concessões e conciliações, muitas vezes nos impede de vislumbrar uma maior dinamicidade em movimentos operados dentro do tecido social brasileiro, principalmente em meio àqueles segmentos que se apresentaram defensores da mudança, como é o caso dos agentes envolvidos com a propaganda republicana no Brasil, iniciada nos anos de 1870.

No que diz respeito ao período de decisivas mudanças estruturais no país, iniciado a partir de meados do século XIX⁴, e ao movimento republicano ensejado no contexto, em oposição ao regime monárquico assentado economicamente na escravidão africana, a pesquisa em curso deseja se contrapor a essa visão conservadora presente na historiografia tradicional e em trabalhos recentes. Pretende-se confrontar essa visão conservadora do processo de mudança com os discursos dos agentes selecionados do movimento republicano, nos momentos em que discutem a via pela qual se pretendia instaurar a república no país, em substituição à monarquia bragantina.

Conservadora no Brasil: Contribuição ao Estudo da Formação Brasileira. 4 ed. Rio de Janeiro: editora Universidade: Topbooks, 2003.

³ Cf. nota 1. Ver também: PRESTES, Anita Leocádia. **Os militares e a reação republicana:** as origens do Tenentismo. Petrópolis: Vozes, 1994, cap. 3; VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O Teatro das Oligarquias:** uma revisão “política do café com leite”. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2001.

⁴ Sobre o conjunto dessas transformações de natureza sociopolítico-econômica, as quais envolvem a abolição do tráfico de escravos, a Lei de Terras, a Reforma da Guarda Nacional, criação do Código Comercial, os surtos de industrialização, o crescimento urbano e populacional, o processo imigrante, a crise política do meio liberal dos anos 1860, ver: CASALECCHI, José Ênio. **A proclamação da República.** 5 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992; HAHNER, June E. **Pobreza e política:** os pobres urbanos no Brasil 1870-1970. Traduzido por Cecy Ramíres Maduro. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993; COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República:** momentos decisivos. 6 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 463-8, 479; CARVALHO, José Murilo. **Pontos e Bordados:** escritos de história e política. BH: editora UFMG, 1998, p. 107, 108-127; SCHWARCZ, Lília K. M. Um debate com Richard Graham ou “Com Estado, mas sem nação: o modelo imperial brasileiro de fazer política”. **Dialogos**, DHI/UEM, v. 5, n. 1, p. 53-74, 2001; ALONSO, Ângela. **Ideias em Movimento:** a Geração de 1870 na crise do Brasil Império. SP: Paz e Terra, 2002, p. 77-78; MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida:** Cultura democrática e científica no final do Império. RJ: Editora FGV: Editora EDUR, 2007, p. 61; JESUS, Ronaldo Pereira de. **Visões da Monarquia:** escravos, operários na Corte. BH: Argvmentvm, 2009, p. 177; GOMES, Amanda Muzzi. **Fragilidade Monarquista:** das dissidências políticas de fins do Império às reações nas primeiras décadas republicanas (1860-1900). 2012. 373f. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2012.

Acredita-se ainda que procurar compreender o ponto de partida da propaganda republicana no Império do Brasil levando em consideração o seu ponto de chegada, qual seja, o desfecho dos acontecimentos ocorridos entre os idos de 1888-1889, a república militarista, aristocrática e excludente, não apenas cria uma interpretação conservadora do processo mudancista ocorrido em fins do XIX no Império do Brasil, como também marginaliza os agentes que tiveram suas propostas de república, e de como concretizá-las, derrotadas, como é o caso exemplar de Silva Jardim.

Aos nossos olhos, esse modo de interpretar o processo de concatenação dos fatos gera o silenciamento dos vencidos, impede-nos de darmos voz a esses agentes que acabam relegados à marginalidade, quando não menos ao esquecimento histórico⁵. Lopes Trovão e, mormente, Silva Jardim ilustram casos máximos do limite que podia alcançar o teor radical da nossa propaganda republicana. Ambos constituem personagens cujas participações pouca relevância foi dada em nossa história, no processo de passagem do Império à República no Brasil.

Dessa forma, considera-se que a instauração e a formação de uma república de natureza elitista e autoritária em 1891, como um resultado ligado à propaganda, não apenas a ela, como também à intervenção política do Exército, era algo inimaginável, imprevisível por parte dos agentes que aderiram ao movimento a partir dos anos de 1870 no país. Exemplo da imprevisibilidade com a qual se deparavam os republicanos brasileiros que protagonizaram a empreitada da divulgação do ideal republicano pelo país, a partir de 1870, pode ser expresso na famosa frase de uma de suas mais notórias lideranças, o pernambucano Saldanha Marinho. Em um momento de desilusão com o regime republicano instaurado no país em 1891, Saldanha chegou a confessar: “Não era essa a república dos meus sonhos” (MARINHO, 1869: 5).

Não que estejamos querendo demonstrar que em algum momento de nossa história houve uma revolução, de forte viés popular, tendo sido capaz de provocar uma ruptura significativa, e que isso fora negligenciado pelos estudos que tratam de momentos de transição política no Brasil. Mesmo porque os fatos atrelados à nossa história nacional não nos permitem em hipótese alguma sustentar uma tese com esse nível de proporção

⁵ Para uma análise de como é produzida a memória histórica, ver: DE DECCA, Edgar Salvadori. **O silêncio dos vencidos: memória, história e revolução**. SP: Brasiliense, 2004, p. 15-28.

argumentativa. O que queremos salientar, segundo nosso ponto de vista, é que a ênfase conservadora dada à transição do Império para a República sufoca a possibilidade de observarmos propostas de uma transição não-convencional, concebida e pregada pelos agentes letrados do movimento em mobilização política, por mais de elite que ele próprio fosse, num país maculado pelo analfabetismo das massas, segundo o senso de 1872.

Na análise do percurso trilhado pelo movimento republicano brasileiro desde sua inauguração nos anos de 1870, o enfoque tão-somente no produto do desfecho da crise que se abate sobre a Monarquia no período subsequente à decretação da Lei Áurea (1888), isto é, a República aristocrática e autoritária dos anos de 1890, força uma interpretação teleológica, linear, determinista, fatalista e, não menos, de viés conservador do processo, suprimindo arbitrariamente a possibilidade de observarmos a opção por uma saída que não fosse a convencional para pôr fim à chamada ‘questão do regime’, por parte dos agentes envolvidos.

O que se quer dizer é que, no âmbito da investigação sobre a propaganda republicana, o enfoque retido apenas no regime inaugurado no país em 1889, ou seja, para o resultado final do processo, leva a dispensarmos e até mesmo negligenciarmos a revolução como uma das opções presentes no horizonte de expectativas dos próprios agentes republicanos, no contexto de seus discursos, como se opção pela reforma, apregoada pelo manifesto de 1870, fosse e ficasse ao longo do desenrolar do processo, como a única vitoriosa e concebível. Na nossa opinião, esse tipo de esforço interpretativo não dá margem à construção de uma abordagem que leva em consideração a natureza contingencial do processo histórico que está sendo investigado.

É esperado demonstrar que os agentes da propaganda republicana brasileira vislumbravam um campo de possibilidades no seu horizonte de expectativas pessoal, e que a opção pela “mudança dentro da ordem” política, sem rupturas traumáticas, era apenas uma entre as alternativas possíveis. Pretende-se demonstrar através da análise dos discursos dos agentes envolvidos que a transição política rumo à república por uma via não convencional, não pacífica, não conciliatória com os poderes instituídos, portanto com emprego da violência, foi cogitada e apregoada, estando presente no universo do discurso dos agentes.

Não se contentará em apenas comprovar a existência dessa via alternativa através dos discursos dos agentes selecionados, mas também em cogitar os motivos pelos quais não se

permitiu que ela fosse levada adiante. Considera-se que a inspiração francesa esteve entre aquelas que perpassaram e animaram as estratégias do discurso, que ela orientou sobremaneira a escolha por essa via alternativa, de maneira aceitável ou refratária, se apresentando nitidamente no caso dos radicais da república, como os são Lopes Trovão e Silva Jardim. Pode se dizer que os propósitos não se resumem apenas em sustentar que a revolução foi suscitada, mas sim qual a modalidade de revolução, quais meios a empregar para viabilizá-la na prática.

Uma leitura preliminar de documentos históricos produzidos no contexto permite verificar que a opção pela “reforma”, pretendida por liberais históricos, entre os quais, Nabuco de Araújo, Zacarias Góis, Teófilo Otoni, Sousa Franco, no *Manifesto do Centro Liberal* de 31 de março de 1869, não põe um ponto final decisório na opção por uma saída não convencional para a crise política vivida no período. Nem muito menos consideramos assim, a solução reformista reivindicada pelos republicanos históricos, signatários do *Manifesto de dezembro* de 1870.

Sustentamos que a retórica da revolução extrapola o limite cronológico dos anos de 1870 e se perpetua, como uma possibilidade, até o desfecho da crise que se abateu sobre o regime da monarquia parlamentar constitucional no Brasil, entre os anos de 1888 e 1889. Concebe-se assim que essa retórica se apresenta para além das diretrizes do programa de um dos partidos parlamentares, o Liberal, e do partido extraparlamentar recém fundado no ano de 1870, o Republicano. Ela esteve presente no discurso dos agentes em meio à mobilização política no decorrer dos anos, mesmo que apenas como um artifício para acirrar os ânimos em prol da derrubada da Monarquia e sua consequente substituição pela República.

A proposta de pesquisa histórica descrita nesse artigo surge como extensão de alguns resultados conclusivos, porém ainda muito abrangentes, aos quais chegou o primeiro capítulo da dissertação de mestrado intitulada *Illuminismo e Revolução nas ideias e nas práticas políticas da “Ilustração” brasileira* (VITAL, 2015)

No trabalho citado, buscou-se investigar a apropriação e a ressignificação do ideário iluminista e revolucionário da França, sobretudo através do conceito de secularização, por parte das ideias e das práticas políticas do movimento político-intelectual dos letrados que

emergiram nos anos 1870 no Brasil, em contestação à ordem conservadora do Estado imperial.

A partir de análise historiográfica e empírica, chegamos à constatação de que a inspiração proveniente da Primeira República Francesa se sobressaiu em meio às estratégias e práticas de ação adotadas pelos membros do movimento político-intelectual brasileiro visto que comícios, grandes manifestações populares, formação de clubes republicanos, todas essas formas de mobilização da opinião tiveram na República de 1792, em França, o seu primeiro grande exemplo na história.

Diante dessa constatação, foi tomada a consideração de que uma pesquisa, cuja intenção pretenda investigar a contribuição francesa para as ideias e práticas de ação política dos agentes ligados ao movimento político-intelectual de 1870, obteria maiores resultados se, a partir de então, enfocasse na parcela republicana do movimento, salvo em casos excepcionais como o de Joaquim Nabuco e o de Rui Barbosa, agentes que podem contribuir para uma pesquisa que pretenda aprofundar nessa temática, através de seus relatos de época⁶.

Decorrente disso, a pesquisa aqui descrita se propõe a investigar as inspirações francesas que orientaram a propaganda republicana no país através das produções intelectuais de alguns dos mais notórios agentes da parcela republicana do movimento político-intelectual dos letrados brasileiros, que surgiram no cenário da política, da imprensa e da cultura nos anos de 1870 e 1880 do Império, sendo eles: Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo, Lauro Sodré, Assis Brasil, Júlio de Castilhos, Lopes Trovão e Silva Jardim. Entende-se que perscrutar as inspirações francesas da parcela republicana da genericamente chamada “Geração 1870” significa investigar uma característica do processo formativo do próprio movimento republicano brasileiro em si.

⁶ Foram analisados os bancos de tese de algumas importantes universidades. No Banco de Teses da UFRJ foi encontrado um trabalho de mestrado próximo à temática que exploramos. Trata-se da dissertação intitulada *Imagens Opostas: a nova linguagem política republicana e a queda do Brasil-Império (1870-1891)*, a qual traz uma abordagem histórica das diferentes propostas republicanas surgidas no Brasil a partir de 1870, e investiga a construção de uma nova linguagem política, por parte dos positivistas, jacobinos e liberais, a fim de deslegitimar o status imperial e legitimar a propaganda republicana. No banco de teses da UFRGS, foi encontrada a tese intitulada *A República e seus símbolos: a imprensa ilustrada e o ideário republicano. Rio de Janeiro 1868-1903*, na qual há uma ênfase dada à simbologia republicana difundida a partir da Revolução Francesa e da República instituída em 1792, isso no que diz respeito à adaptação dessa simbologia por parte dos periódicos brasileiros do período de investigação da pesquisa. No mais, não foi encontrado registro de trabalhos que investiguem, de modo particular e sistematizado, as inspirações francesas do movimento republicano brasileiro, a partir da problemática aqui apresentada.

Pretende-se investigar as inspirações francesas que teriam orientado o ascendente movimento republicano brasileiro no decorrer dos anos de 1870 a partir da Corte imperial. Outros dois lócus que estão sendo tomados como referencial são as províncias do Grão-Pará e do Rio Grande-Sul a partir dos anos de 1880, isso no que diz respeito tão somente à atuação de Lauro Sodré enquanto uma das lideranças do movimento, no caso da primeira província citada, e à atuação de Assis Brasil e Júlio de Castilhos enquanto republicanos provenientes da segunda.

Vários questionamentos são levantados no que diz respeito à via de adoção e ao modelo de república que os agentes brasileiros ansiavam: O movimento e a propaganda republicana despontam no Brasil no mesmo ano em que ocorre a instauração da Terceira República na França. Atestado factualmente isso, é possível observar relações entre os dois movimentos a partir das produções discursivas dos agentes brasileiros do contexto? Uma vez existentes e identificadas, em que sentido as inspirações francesas puderam orientar o movimento republicano surgido no Brasil, através dos seus mais ilustres agentes, no âmbito de suas produções intelectuais, de suas práticas discursivas? Quais foram seus conceitos centrais? Que concepções de República puderam formular os agentes mais destacados do movimento e de que modo afetaram o seu espaço de experiência?

Qual a contribuição dos movimentos republicanos ocorridos ao longo da história francesa, desde a data de 1792, para o debate encerrado pelos republicanos brasileiros a partir da década de 70 do dezenove, quanto à adoção da forma republicana de governo? Uma vez deparados com o contexto brasileiro das duas décadas finais do Império, quais noções de tempo e de história tinham os agentes do movimento republicano pátrio que voltaram sua atenção para os elementos da tradição republicana francesa? Esses são alguns dos questionamentos iniciais traçados.

Parte-se da hipótese de que à medida em que aproximaram as comemorações do centenário da Queda da Bastilha no Império do Brasil, houve sim o crescimento da discussão em torno da escolha de uma possível saída revolucionária, ou seja, anticonvencional, para dirimir a questão da forma de governo a ser adotado no país, em substituição à monarquia bragantina.

A validação empírica e historiográfica

Alguns importantes trabalhos, tanto no campo da historiografia quanto nos campos da filosofia e da sociologia, enfatizam a notoriedade do referencial da França revolucionária para a parcela republicana do emergente movimento político-intelectual de contestação às estruturas do Império, nos anos setenta do dezenove.

É imprescindível enfatizar que o aparecimento do partido e do movimento republicano no Brasil, no ano de 1870, coincide com a instauração da Terceira República na França (1870-1940), a 4 de setembro, regime que sobreveio à queda de Napoleão III e à do Segundo Império francês, após a fragorosa derrota francesa na batalha de Sedan para as forças prussianas, lideradas e sob o comando de Otto Von Bismark. À luz do exposto, considera-se que os republicanos brasileiros de 1870 estavam diante de um evento cujas especificidades apresentavam-se assaz favorável à divulgação dos seus ideais propagandísticos pró-república no país, em detrimento da forma monárquica de governo.

A importância do estabelecimento da Terceira República na França, sob a presidência inicial de Louis Adolphe Thiers (1871-1873), para a propaganda e os ideais do movimento republicano emergentes no Império do Brasil, durante o período em questão, é constatada em trabalhos historiográficos recentes. Ao estudar a cultura política compartilhada pelos republicanos brasileiros, no contexto da propaganda, e tomando por base o manifesto de 1870, na parte em que destaca as referências à França republicana, Cláudia Viscardi assinala que “O modelo constitucional almejado era o da III República Francesa e não o da monarquia parlamentar inglesa, certamente mais próximo do modelo brasileiro em vigor” (VISCARDI, 2011: 149-150).

No trabalho intitulado *A Revolução Francesa e a República Brasileira: aspectos históricos e ideológicos*, o filósofo Ricardo Véllez ressalta aspectos do pensamento republicano brasileiro, em que se revela a presença inspiradora da Revolução Francesa. As datas 1789 e 1889 possuem na opinião do autor significados profundos, sendo que para ele a primeira inspira sem dúvida a segunda. Citando propagandistas do porte de Júlio de Castilhos, de Silva Jardim, e documentos políticos, tais como o Manifesto Republicano do Rio de Janeiro (1870) e o do Clube Republicano do Pará (1886), o autor elenca três aspectos nos quais podemos centrar a presença dos ideais da Revolução na propaganda republicana

brasileira, quais sejam, a mística republicana, a crítica ao absolutismo e aos privilégios monárquicos, e a defesa dos direitos do homem e do cidadão (VÉLLEZ, 1989).

Citando Tilly, que vincula a ideia de “repertórios de contestação” às formas de ação política surgidas em meio aos movimentos de fins do Século XVIII, os quais forneceram aos movimentos sociais desde então os meios de manifestação pública para suas reivindicações através de comícios, associações temáticas, passeatas e greves, Ângela Alonso afirma que o reformismo, a nossa “Ilustração Brasileira”, foi buscar neste repertório as suas estratégias de ação, as suas formas de organização e de mobilização. Entre as formas contenciosas nas quais se inspirou o movimento, a autora inclui as do republicanismo francês (TYLLY *apud* ALONSO, 2000: 50-1). Nessa abordagem profícua à discussão que desenvolvemos, constatamos que a autora nos deixou uma lacuna a ser preenchida, ao não ter especificado em qual fase do republicanismo francês o movimento oitocentista brasileiro teria se inspirado.

Através da descrição que a autora enceta, é possível acenar para a possibilidade de se tratar da matriz francesa do republicanismo que havia caracterizado a Primeira República na França (1792). Uma vez destacada essa questão, torna-se mister ressaltar que o republicanismo francês, aquele que serviu de referência para os letrados brasileiros no final do Império, proviera de dois modelos inspiradores: o da Primeira e o da Terceira República Francesas. Enquanto que na França da Primeira República (1792-1804) foi criada a linguagem da matriz francesa do republicanismo, linguagem esta que se tornou um marco definitivo no pensamento político moderno, e igualmente um referencial para o processo formativo de regimes livres e autônomos, foi na Terceira República (1870-1940) que essa linguagem ganhou assento institucional (BIGNOTTO, 2010: 361-2).

José Murilo de Carvalho é quem destaca em qual dos dois modelos de república francesa as formas de ação coletiva citadas, inspiradoras do movimento político-intelectual brasileiro, mormente da sua parcela republicana, estavam mais presentes.

A imagem da Primeira República se confundia quase com a da Revolução de 1789, da qual se salientava principalmente a fase jacobina, os aspectos da participação popular [...]. Era a república dos clubes populares, das grandes manifestações, do Comitê da salvação pública. Era a república das grandes ideias mobilizadoras do entusiasmo coletivo, da liberdade, da igualdade, dos direitos universais dos cidadãos (CARVALHO, 1998: 86).

Ainda em um trabalho anterior, José Murilo indica que na época do advento da República brasileira a revolução de 1789, na França, era o mais poderoso exemplo de explosão popular no âmbito político. A inspiração revolucionária era forte entre os jacobinos e, em grau ponderado, entre os positivistas ortodoxos. O autor mostra como que os propagandistas do novo regime buscaram no universo simbólico recursos através dos quais pudessem manipular o imaginário do povo, tendo em vista obter sua adesão. Segundo J. Murilo, as descrições da época trazem referências ao costume dos republicanos brasileiros de cantarem a Marselhesa, de representarem a República com o barrete frígio. Com efeito, por meio de suas ondas revolucionárias de 1789, 1830, 1848, 1871 a França oferecia um rico material de natureza simbólica para os republicanos brasileiros que se voltavam para ela como fonte inspiradora (CARVALHO, 1990: 10-12).

Essa vasta produção, conforme ele indica:

[...] passa pela bandeira tricolor e pela Marselhesa, tão carregadas de emoção; pelo barrete frígio, símbolo da liberdade; pela imagem feminina e pela árvore da liberdade; pelo tratamento de cidadão, de enorme força igualitária; pelo calendário revolucionário iniciado em 1792, esforço de marcar o início de uma nova era; pelas grandes festas cívicas como as da Federação de 1790 e do ser Supremo de 1794, grandes ocasiões de comunhão cívica. Poder-se-iam acrescentar ainda vários símbolos e alegorias menores, como a balança, o nível, o feixe, o leme, a lança, o galo gaulês, o leão, etc. (CARVALHO, 1990: 12).

O autor, para além de indicar essa forte presença simbólica da Revolução no imaginário republicano brasileiro, ressalta também o entusiasmo de propagandistas, como Silva Jardim, pelo discurso revolucionário, entusiasmo esse que crescia na proximidade do Centenário da Revolução de 1789. Para o autor, os radicais da República eram os propagandistas da revolução no Brasil. Eles a pediam que viesse no Centenário da “Grande” Revolução de 1789. Ansiavam pelo povo nas ruas, pediam a morte do príncipe-consorte da princesa herdeira do trono imperial dona Isabel, uma vez que Gastão de Orléans, o Conde d’Eu, era um nobre francês. E ainda cantavam a marselhesa pelas ruas (CARVALHO, 1990: 9-15, 26).

A. Alonso afirma que, apesar dos contestadores terem negado as formas violentas de mudança, como a Revolução Francesa, preferindo antes a propaganda e a persuasão, a retórica da revolução popular “surgia de forma legítima em ‘situações extremas’” (ALONSO, 2002:

262). Assim como José Murilo em seus trabalhos, a autora também ressalta o fato de os grupos republicanos do movimento terem reapropriado “(...) como ideário contramonárquico os símbolos e os lemas da Revolução (...)” (ALONSO, 2002: 294). A legitimidade de uma possível via revolucionária chegaria ao seu ponto máximo no Centenário da Tomada da Bastilha, na data de 14 de julho de 1889, a qual foi marcada por “(...) eventos apoteóticos na Corte, em São Paulo e no Rio Grande do Sul” (ALONSO, 2002: 319), conforme nos indica a autora.

Por conseguinte, consideramos que a presença dos elementos do aparato simbólico da Revolução nas práticas de mobilização da parcela republicana dessa elite letrada brasileira, que contestou em finais do século a ordem imperial edificada pelos conservadores nos anos 1840, representa a presença dos elementos retóricos da linguagem da própria Revolução nas mentes e no discurso propagandístico dos republicanos brasileiros, pois como destaca Lynn Hunt ao estudar a cultura política criada pela revolução: “(...) no longo prazo as formas simbólicas ofereceram continuidade psicológica à experiência revolucionária. Seus símbolos e rituais deram *longue durée* à Revolução. Eram os lembretes tangíveis da tradição secular do republicanismo e da Revolução” (HUNT, 2009: 80).

Como bem ressalta Maria de Mello acerca dos anos de 1888 e 1889:

Acontecia ainda haver uma verdadeira adoração pela Revolução Francesa, aqui comemorada todos os anos. Efeméride que não passava despercebida por quase nenhum periódico. A ‘marselhesa’ acompanhava quase todas as manifestações liberais de rua e, muito especialmente, as de teor republicano (MELLO, 2007: 197).

Salvaguardadas as abordagens apresentadas, um dos propósitos ao qual se predispõe a investigação aqui descrita consiste em dar mais fundamentos empíricos e uma sistematização particular à temática que analisa as inspirações francesas que orientaram o movimento republicano brasileiro. Nota-se a carência de trabalhos na busca de uma análise empírica mais acurada e delimitadora da relação entre o movimento republicano no Brasil e o advento da Terceira República na França, e do comportamento assumido pelo movimento republicano pátrio diante da “questão do regime” na proximidade das comemorações do Centenário da Queda da Bastilha. Percebemos a carência de um estudo empírico que explique como num ambiente intelectualmente dominado pelo positivismo, uma filosofia de viés conservador e antirrevolucionário, alguns dos nossos letrados se apropriaram das ideias republicanas da

França revolucionária a fim de persuadir sobre a necessidade de mudança de regime para o país.

Percebe-se a carência referida acima principalmente diante da importante ênfase que é dada à defesa pela adoção do modelo federal republicano estadunidense, tanto pelos próprios agentes republicanos coevos, como no caso dos republicanos paulistas, quanto pelos estudos sobre o assunto⁷. Modelo aquele que saiu em boa parte vitorioso na Constituição de 1891.

Portanto, a partir das problemáticas que foram levantadas, a análise da pesquisa aqui descrita busca realçar, com base no estudo das fontes já selecionadas, os matizes franceses do movimento republicano pátrio, ou seja, o positivista (entende-se cientificista) e o jacobino⁸. Os modelos inspiradores da Terceira e da Primeira República francesas, respectivamente. Quiçá, o modelo da Segunda (1848-1851).

Atentos a isso, evoca-se duas importantes testemunhas epocais que validam a argumentação sobre a apropriação e a ressignificação do imaginário republicano da França revolucionária pela parcela republicana da consciência letrada que emerge na década de 1870, em contestação à ordem conservadora do Império edificada durante o Segundo Reinado. Trata-se de Tobias Menezes Barreto (1839-1889) e Rui Barbosa (1849-1923). Ambos validam empiricamente a importância da investigação proposta.

Do advogado e político sergipano Tobias Barreto, toma-se à luz de comprovação um trecho isolado do prefácio de *Estudos de Direito*, obra publicada em 1892. Organizada pelo

⁷ Sobre a importância que teve o modelo estadunidense para os republicanos brasileiros, sobretudo para os de procedência paulistas, e para a organização do poder do novo regime no Brasil, adotado a partir de 1891, sugerimos: CARVALHO, José Murilo. **Pontos e Bordados**: escritos de história e política. BH: editora UFMG, 1998 p. 86. p. 92-3; PAMPLONA, Marcos A. **Revoltas, Repúblicas e Cidadania**. Nova York e Rio de Janeiro na consolidação da ordem republicana. RJ/SP: Record, 2003, cap. 4. Ver também: COSER, Ivo. O Conceito de Federalismo e a Ideia de Interesse no Brasil do Século XIX. DADOS – **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 51, n° 4, 2008, pp 941.

⁸ Enquanto doutrina filosófica progressista criada pelo filósofo de Montpellier Augusto Comte, o positivismo foi sobrejamente influente sobre os militares e sobre a elite letrada brasileira, formada nas Faculdades de Direito de São Paulo e do Recife, no final do século XIX. Para Sérgio Buarque, o positivismo no Brasil, tal como se generalizou entre nós, não era uma doutrina monolítica já que o mestre além de ter deixado vários seguidores e discípulos, que inclusive seguiram depois caminhos próprios, não raro heterodoxos, também deixara obras escritas em épocas diversas passivas de várias interpretações. Assim, o autor entende que o papel político predominante não foi tanto da filosofia, da seita, ou da religião, mas sim o estado de espírito e o clima de opinião que passou a contaminar vastas camadas do país (HOLANDA, 2005: 333). Sobre a apropriação do vocábulo “jacobino” pelos republicanos brasileiros do contexto de transição do Império para a Primeira República, sugerimos:

<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JACOBINISMO.pdf>. Acesso em: 18 julho 2016.

contemporâneo de Tobias Barreto, o sergipano Silvio Romero (1851-1914), e a seu pedido, a obra agrega manuscritos, impressos e todos os escritos jurídicos elaborados por Tobias Barreto nos anos 70 e 80 do dezenove, apesar de ter sido publicada após a queda do Império. Silvio Romero nos explica através da página quarenta e quatro (44) das *Questões Vigentes de Philosophia e de Direito (1888)*, citada no prefácio de *Estudos de Direito*, o fato de Tobias Barreto não ter simpatizado em vida com a política alemã, preferindo somente contemplar o país germânico. Transcrevendo parcialmente Tobias Barreto, Silvio Romero expõe ao leitor o vínculo que o seu contemporâneo enxergava haver entre o republicanismo francês e o brasileiro:

[...] a Republique française não está no meu programa. Sou pouco afeiçoado ao cancan, em qualquer de suas manifestações. Isto destoa, bem sei, da intuição comum, ainda que ela não seja das mais seguras. O republicanismo brasileiro é um belo pedaço de literatura francesa [grifo nosso]. [...] é a verdade tal qual sinto e aproveito a ocasião para repeti-la (BARRETO, 1892: XIII).

A despeito de não apontar à qual tradição do republicanismo francês se vincula o republicanismo brasileiro, seja qual for, o da Primeira ou o da Terceira República, o fato é que Tobias Barreto vincula a inspiração do movimento nacional de finais do Império à literatura de um movimento que, como já sabemos, teve início na França, particularmente, a partir da data de 1792. Em suma, a um movimento cujos princípios foram institucionalizados naquele país europeu no século XIX, a partir do estabelecimento da chamada Terceira República na década de 1870, no mesmo momento em que começava a despontar, no Império do Brasil, o movimento republicano pátrio. Observemos o trecho em que Tobias Barreto expõe sua pouca afeição à *Republique Française*. Nesse trecho, ele afirma que essa desafeição destoava daquilo que era uma “intuição comum”. Ou seja, sua desafeição ia à contracorrente de uma intuição que era geral no momento em que vivia.

O advogado e jornalista soteropolitano Rui Barbosa (1849-1923) é a outra voz epocal que permite sustentar a validade da pesquisa iniciada. Em um escrito registrado, porém não datado, Rui Barbosa explicita nítida e criticamente ao leitor que:

A compleição política de nossos republicanos era essencialmente francesa, francesa as suas ideias, franceses os seus modelos. A aspiração que os animou era a da liberdade tempestuosa e precária, que a França revolucionária de 1789, 1848 e 1870 imbui o espírito da família latina; uma liberdade perpetuamente oscilante

entre a revolução e a ditadura. Homens públicos nutridos desse mau leite não podiam assimilar facilmente o gênio das instituições americanas, penetrar-se realmente da intuição de um sistema em que o governo se veja limitado pela justiça (BARBOSA, 19-?: 41).

Esse pensamento de Rui Barbosa quanto à incorporação dos moldes da tradição republicana francesa pelo movimento republicano brasileiro de finais do dezenove, mesmo não datado, permiti-nos desprender que o seu autor o elaborou num momento posterior. O emprego do verbo “ser” no pretérito imperfeito do indicativo demonstra-nos a impressão que essa característica do movimento pátrio deixara gravada na memória de Rui Barbosa. Atenhamos igualmente que Rui Barbosa, de uma maneira generalizante, não nos aponta exceção dentro do republicanismo brasileiro quando fala da inspiração francesa que teria orientado a “compleição política” dos agentes do nosso movimento, em prejuízo da natureza das instituições do continente.

Um propagandista chama muita atenção. O fluminense Silva Jardim (1860-1891) talvez seja de fato o maior exemplo entre os propagandistas do movimento republicano pátrio de fins do dezenove a expressar essa afinidade francesa. Tendo rompido com a ala do Partido Republicano, que defendia a transição da monarquia para a república por meio da reforma, ala liderada por Quintino Bocaiúva, e uma vez entendendo a necessidade de preparar a nova força política em que se constituía aquilo que ele entendia poder ser chamada ‘opinião pública’, o propagandista tornou um lugar comum comparar o trajeto histórico brasileiro ao francês. Para ele, era no Centenário da Revolução Francesa que deveria se dar a “Revolução Brasileira”. Em seu opúsculo *Carta Política ao Paiz e ao Partido Republicano* sustentava ele que “(...) talvez fosse aberta em 1889 a Revolução Brasileira, no centenário da Grande Revolução Francesa, Ocidental e Humana” (JARDIM, 1889: 20)⁹.

Considerações finais

Indo à contracorrente de trabalhos historiográficos sobre o movimento republicano no Brasil, que enfatizam unicamente o caráter conservador do processo que levou à transição do Império para a República no Brasil, a pesquisa descrita nesse artigo trabalha com a hipótese de que houve sim o crescimento da opção por uma saída alternativa, que não foi a reformista,

⁹Sobre a importância da Revolução Francesa para o pensamento e ação de Silva Jardim, sugerimos: LIMA, Heitor Ferreira. **Perfil político de Silva Jardim**. SP: Editora nacional; Brasília: INL, 1987.

por parte da parcela republicana dos letrados de 1870, a fim de dirimir a “questão do regime” discutida no país, no âmbito de uma situação configurada à medida em que nessas terras avançou a penúltima década do dezenove. Conjecturamos que a escolha por uma saída não convencional para o impasse passou a ser manifesta na linguagem, no debate e na intenção dos agentes, se necessário fosse recorrer a ela. Para essa escolha por parte dos agentes que assim se posicionaram, considera-se que a herança secular do ideário republicano francês assumira uma conotação referencial, seja em sua aceitação ou em sua negação.

FONTES PRIMÁRIAS

BARBOSA, Rui. **Pensamentos de Ruy Barbosa**. Coligidos e prefaciados por Moysés Horta. SP: Irmãos Marrano; Livraria do Globo, [19-?].

BARRETO, Tobias. **Estudos de Direito**. Publicação Phostuma dirigida por Silvio Romero. Rio de Janeiro: Laemmerte & C. – Editores proprietários, 666, Rua do ouvidor, 1892.

MARINHO, Saldanha. **O Rei e o Partido Liberal**. (Fonte digital/ Digitalização de edição em papel Typographia e Litographia Franco-Americana, 1869). [S. I.]: ebook Brasil, 1999-2006, p. 5. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/orei.pdf>.

JARDIM, Silva. **Carta Política ao Paiz e ao Partido Republicano** (Publicada n’ O Paiz em 6 de janeiro de 1889). Rio de Janeiro: Imprensa Mont’ Alverne – Rua da Uruguyana n. 43., 1889 (Centenário da Grande Revolução).

VALENTE, Rubens. Em diálogos gravados, Jucá fala de pacto para deter avanço da Lava-Jato. **Folha de São Paulo**. Brasília, 23. Maio. 2016.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, A. **Crítica e Contestação**: o movimento reformista da geração 1870. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 15 n. 44, 2000.

_____. **Ideias em Movimento**: a Geração de 1870 na crise do Brasil Império. SP: Paz e Terra, 2002.

BIGNOTTO, Newton. **As aventuras da virtude**: as ideias republicanas na França do século XVIII. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

CARVALHO, J. M. **A Formação das Almas:** o imaginário da República no Brasil. SP: Cia das Letras, 1990.

_____. **Pontos e Bordados:** escritos de história e política. BH: editora UFMG, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Do Império à República.** ed. 7. Rio de Janeiro: 2005, t. II; v. 7

HUNT, Lynn. **Política, cultura e classe na Revolução Francesa.** Trad. Laura Teixeira Motta. SP: Cia das Letras, 2007.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida:** Cultura democrática e científica no final do Império. RJ: Editora FGV: Editora EDUR, 2007.

RODRÍGUES, Ricardo Véllez. **A Revolução Francesa e a República brasileira:** aspectos históricos e ideológicos. (Este artigo foi escrito em 1989 e serviu como texto para uma palestra comemorativa dos 200 anos da Revolução Francesa, pronunciada no Departamento de Filosofia da UFRJ. Informações concedidas pelo próprio autor). Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/a-revolucao-francesa-e-a-republica-no-brasil-aspectos-politicos-e-ideologicos.html>. Acesso em: 20 fev. 2017.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870-1889). **Tempo**, [S.I], n. 18, v. 32, p. 149-150, 2011.

VITAL, Dievani Lopes. **Illuminismo e Revolução nas ideias e nas práticas políticas da “Ilustração” Brasileira.** 2015. 219p. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.